

ATA N.º 09/2015

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 21 / 04 / 2015

PRESENCAS

PRESIDENTE: BERNARDINO ANTÓNIO BENGALINHA PINTO
VEREADORES: JOÃO ANTÓNIO MERCA PEREIRA
PAULO JOSÉ CACHOLA MANZOUPO
JOÃO LUIS BATISTA PENETRA
ROSA MARIA PIMENTEL BARROS DA COSTA

HORA DE ABERTURA: 9:30 HORAS

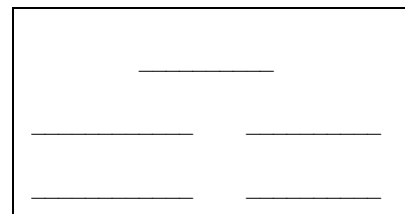
HORA DE ENCERRAMENTO: 13:00 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS

FALTAS INJUSTIFICADAS

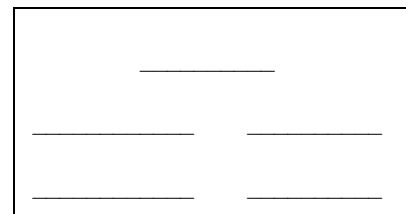
RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 15/04/2015

CAIXA	5.995,23 €
FUNDOS DE MANEIO	3.500,00 €
FUNDO DE MANEIO 1 – MARIA SALOMÉ CORREIA PIRES	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 2 – JOSÉ LUIS CURTO BANHA	1.500,00 €
FUNDO DE MANEIO 3 – FLORBELA DA LUZ DESCALÇO FERNANDES	1.000,00 €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.016.206,43 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430	549.487,30 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431	6.558,51 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330.....	8.884,62 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950	19.490,45 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	5.430,67 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350	93.551,22 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006535950	17.625,74 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER	51.192,24 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006668250	2.337,78 €
B. T. A. – CONTA N.º 0018/10814784001	5.230,06 €
MILLEN-BCP – CONTA N.º 0033/13880012049.....	585,61 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668.....	12.266,57 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	34.266,37 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558	158.434,88 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682	50.864,41 €
TOTAL DE DISPONIBILIDADES	1.022.201,66 €
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	875.933,84 €
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	146.267,82 €



O senhor Presidente declarou aberta a reunião às nove horas e trinta minutos, cuja ordem de trabalhos era a seguinte:

1. Proposta de aprovação da ata em minuta; -----
2. Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 8 de abril de 2015; -----
3. Informação sobre a atividade da Câmara; -----
4. Conhecimento da relação de despachos proferidos pelo senhor Vice-Presidente no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística; -----
5. Pedido de parecer prévio relativo à celebração de um contrato de prestação de serviços de Revisor Oficial de Contas, com a Empresa Rosário, Graça & Associados, SROC, Ld.ª; -----
6. Proposta de nomeação pela Assembleia Municipal do Auditor Externo responsável pela certificação legal das Contas do Município de Viana do Alentejo; -----
7. Proposta de realização de obra por administração direta na Rua da Anta, em Aguiar (retificação de cruzamento e criação de parque de estacionamento) e aprovação do respetivo projeto; -----
8. Proposta de transferência de verba para a Associação Equestre de Viana do Alentejo; -----
9. Abertura do período de discussão pública relativo à Revisão do Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo; -----
10. Proposta de transferência de verbas ao abrigo do Regulamento Municipal de Apoio Financeiro às Atividades Culturais; -----
11. Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral Velha Guarda de Viana do Alentejo (aquisição de fardas e festa anual); -----
12. Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral Feminino de Viana do Alentejo; -----
13. Proposta de aprovação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2014; -----
14. 3.ª Proposta de alteração ao Plano Plurianual de Investimentos; -----
15. 6.ª Proposta de alteração ao Plano de Atividades Municipais; -----
16. 7.ª Proposta de alteração ao Orçamento da Despesa; -----
17. 1.ª Proposta de revisão ao Orçamento da Receita; -----
18. 1.ª Proposta de revisão ao Orçamento da Despesa; -----
19. 1.ª Proposta de revisão ao Plano Plurianual de Investimentos; -----
20. Fixação de preços no âmbito da Romaria a Cavalos: a) Ocupação de Tendas; b) Ocupação de stands-cozinha; c) Fornecimento de pulseiras aos romeiros. -----
21. Proposta de aprovação do auto de medição n.º 5, relativo à Empreitada de Reutilização do Paço dos Henriques, Capela de Nossa Senhora da Conceição e Jardins, em Alcáçovas. -----



Período de antes da ordem do dia – Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi declarado aberto o período de antes da ordem do dia: -----

- Neste período o senhor Vereador João Penetra constatou a interrupção dos trabalhos de limpeza das árvores entre a Estação dos Caminhos de Ferro de Alcáçovas e a vila de Alcáçovas. -----

- O senhor Vice-Presidente referiu que a interrupção deste trabalho prende-se com a necessidade de afetar pessoal às tarefas da Romaria a Cavalos e com o facto de alguns trabalhadores se encontrarem ausentes por motivo de doença. Disse que brevemente serão retomados esses trabalhos. -----

Entrou-se de seguida na ordem de trabalhos: -----

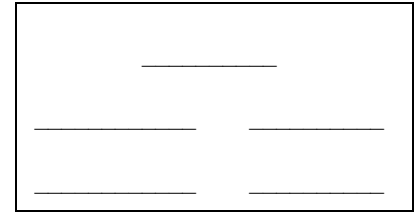
Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta – A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta, no final da reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ponto dois) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 8 de abril de 2015 – A Câmara aprovou por unanimidade a ata relativa à reunião ordinária de 8 de abril de 2015. -----

Ponto três) Informação sobre a atividade da Câmara – O senhor Presidente informou que no dia 8 de abril, por ocasião da Conferência de Imprensa de apresentação da Romaria a Cavalos, na Herdade de Rio Frio, foi acordado entre ele, entre o senhor Presidente da Câmara da Moita e entre o senhor Professor Carlos Cupeto da Universidade de Évora, que se iniciaria a análise sobre a possibilidade de aproveitar a rota existente utilizada na Romaria e adaptá-la a outros meios de transporte e de forma permanente.---

- O senhor Presidente informou que no dia 11 de abril, conjuntamente com o senhor Vice-Presidente, participou nas comemorações do 33.º aniversário da Associação de Reformados de Alcáçovas. -----

- O senhor Presidente informou que no dia 13 de abril foi realizada mais uma reunião com a Empresa AgdA – Águas Públicas do Alentejo, SA, tendo sido falado o assunto da ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais de Aguiar, concretamente quanto ao facto de não se encontrar devidamente acautelada a proibição de entrada de animais naquele espaço. A este propósito o senhor Vereador Paulo Manzoupo acrescentou que segundo informação da Empresa, quando esta lá se deslocou para colocar os cadeados, encontravam-se no local dois cavalos. Esta situação motivou a apresentação de uma queixa junto da GNR – Guarda Nacional Republicana, por parte da AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A. Este Vereador acrescentou que a Empresa está a proceder ao corte das ervas no local em causa. Ainda relativamente a este assunto, disse o senhor Vice-Presidente que a Empresa AgdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A, referiu serem sistemáticos os arrombamentos do portão de acesso à ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais e que estas situações têm motivado a colocação sucessiva de cadeados, concretamente dez. O Senhor Presidente informou ter transmitido à Empresa a importância de ir informando o Município sobre as ações que vai realizando. -----



- O Senhor Presidente informou que no dia treze de abril, no edifício dos Paços do Concelho, foi realizado, entre as 14:00h e as 17:00h, um rastreio gratuito de espirometria e dinamometria, dirigido aos trabalhadores do Município, no âmbito da medicina do trabalho. -----

- O Senhor Presidente informou que no dia 14 de abril, o chefe do seu gabinete de apoio pessoal - Dr. Bruno Borges - esteve presente em Évora, na inauguração de um espaço informal que os Municípios poderão utilizar para comunicar através de videoconferência. O espaço denomina-se Dialogue Café e funciona nas instalações da Évoratech da ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo. A inauguração deste espaço contou entre outras individualidades, com a presença do Dr. Jorge Sampaio. -

- O Senhor Presidente informou no dia 14 de abril participou numa reunião de preparação da Romaria a Cavalos com a GNR - Guarda Nacional Republicana e com os Bombeiros. -----

- O Senhor Presidente informou que no dia 15 de abril esteve presente no circuito de manutenção da Quinta da Joana, numa iniciativa no âmbito do projeto “Oficina do Ambiente”.-----

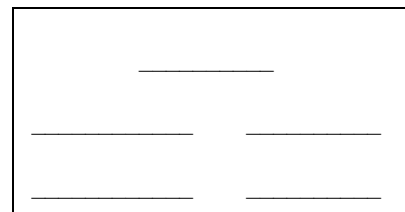
- O Senhor Presidente informou que no dia 16 de abril participou na CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo numa reunião sobre o mapeamento que condicionará as infraestruturas e equipamentos que poderão vir a ser objeto de cofinanciamento comunitário. Nos termos da deliberação da CIC-Comissão Interministerial de Coordenação Portugal 2020, o Acordo de Parceria e os Programas Operacionais do Portugal 2020 estabelecem que os apoios a infraestruturas e equipamentos, estão condicionados ao mapeamento das necessidades de intervenção, a apresentar à Comissão Europeia. Nos termos da referida deliberação, o exercício do mapeamento das infraestruturas passíveis de enquadramento nos Pactos para o Desenvolvimento e coesão é realizado em articulação com as propostas de Pactos, a apresentar pelas Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas. A metodologia fixada pela CIC – Comissão Interministerial de Coordenação Portugal 2020 é a seguinte:

1. Identificação da natureza das intervenções elegíveis nos termos dos Programas Operacionais aprovados, a cargo das respetivas autoridades de gestão. -----

2. Definição, a cargo do setor respetivo, das prioridades de investimento, de entre as intervenções elegíveis. -----

3. O setor fornece à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional respetiva, o levantamento da oferta existente, por cada Comunidade Intermunicipal ou área Metropolitana, de entre as tipologias definidas como elegíveis.-----

4. As Comunidades Intermunicipais ou as Áreas Metropolitanas elaboram propostas das intervenções concretas a financiar, referindo sumariamente a sua natureza e o custo associado.-----



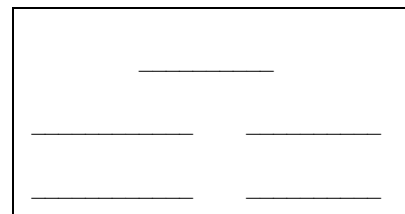
5. As Comunidades Intermunicipais e os serviços desconcentrados sectoriais articulam-se com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional respetiva, para ajustar definitivamente a elencagem das intervenções a submeter a financiamento. -----

6. As Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional remeterão até 15 de junho à Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., as propostas de mapeamentos. -----

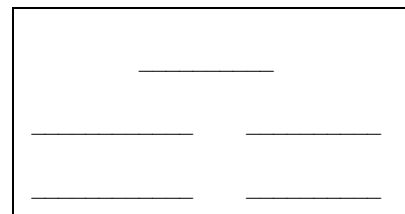
- A propósito desta temática, o Senhor Presidente fez referência ao que o Jornal Económico publicou no dia 24 de março de 2015, a propósito da intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu e antigo Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional – António Almeida Henriques – fez nesse mesmo dia, no Programa Europa.28, transmitido no Etv: “O mapeamento é inimigo daquilo que é a proximidade regional. É um retrocesso. Isto tem de ser decidido numa lógica de articulação com o poder local, não pode ser decidido centralmente. É o caminho errado se, por via indireta, o Estado Central se estiver a querer apropriar daquilo que são as verbas que devem ser aplicadas nos territórios e mesmo que as verbas estejam nos Programas Operacionais Regionais, se a decisão for tomada a nível central isso põe em causa a autonomia dos Municípios. O mapeamento é claramente um dos aspetos que espero que o Governo retorne a uma situação de dialogar com os Municípios, porque não aceitarei que seja o Estado Central a decidir se a Escola a reabilitar no meu concelho é a Escola A ou B. Isso é claramente um retrocesso” -----

- O Senhor Presidente informou que no dia 17 de abril, conjuntamente com a equipa técnica que está a tratar da revisão do PDM-Plano Diretor Municipal, esteve presente na quarta reunião plenária-conferência de serviços – da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM – Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo, que decorreu na CCDRA-Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, em Évora. Esta reunião teve como objetivos a apreciação da Proposta Final de Plano, aprovada pela Camara Municipal no dia 25 de março de 2015 e a emissão do parecer final da Comissão de Acompanhamento. Pela equipa técnica foram apresentados os resultados da concertação com as diversas entidades que integram a Comissão e cada uma delas pronunciou-se sobre os seus pareceres. Globalmente, o parecer foi favorável, com algumas pequenas retificações a efetuar. À semelhança do que aconteceu em anteriores reuniões plenárias da Comissão, as entidades presentes manifestaram a sua satisfação relativamente ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido.-----

- O Senhor Presidente informou que no dia 17 de abril, no Cineteatro Vianense, foi exibido o documentário “Outro País”, de Sérgio Tréfaut, no âmbito das Comemorações do Aniversário do 25 de Abril. Este documentário retrata alguns acontecimentos da “Revolução dos Cravos”, e foi considerado o melhor documentário Português em 1999. -----



- O Senhor Presidente referiu que no dia 19 de abril, também no âmbito das comemorações do 25 de Abril, teve lugar a “Caminhada de Abril” que envolveu as três freguesias, juntando os participantes no Monte do Sobral. O Senhor Vereador Paulo Manzoupo acompanhou esta iniciativa dado que ele, nesse mesmo dia, participou em Lisboa numa ação de divulgação do Alentejo denominada “O Alentejo em Lisboa”. Esta ação contou com a participação do Coral de Évora, da Banda Filarmónica da Casa do Povo da Nossa Senhora de Machede, do Grupo Coral Feminino “Paz e Unidade” de Alcáçovas, do Grupo de Cavaquinhos do Alentejo, de Alcáçovas, de Empresários e de artesanato do concelho. -----
- O Senhor Presidente referiu-se de novo com agrado à participação do Grupo Coral Feminino “Paz e Unidade” de Alcáçovas na última gala do programa “Got Talent Portugal”, no dia 19 de abril.-----
- O Senhor Presidente informou que no dia 20 de abril participou, em Beja, numa reunião do Conselho Executivo da AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública e na Assembleia Intermunicipal da mesma Associação.-----
- O Senhor Presidente informou que no próximo dia 22 de abril, no Auditório do Colégio Espírito Santo na Universidade de Évora, decorrerá a Conferência “Português, Língua Global”. O Grupo Coral “Velha Guarda” de Viana do Alentejo estará presente para um momento de Cante Alentejano.-----
- O Senhor Presidente informou que no próximo dia 23 de abril, pelas 18h30 no Cineteatro Vianense, terá lugar uma Palestra proferida pelo Professor Jorge Rio Cardoso. A Palestra surge integrada no ciclo de “Conversas Informais” e assinalará o oitavo aniversário da CPCJ-VA – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Viana do Alentejo. O tema da Palestra é “Pais à beira de um ataque de nervos – educar filhos felizes”. No final da Palestra seguir-se-á um momento musical com a participação do Grupo de Cavaquinhos da Associação “Grupo de Cantares Populares Seara Nova”.-----
- O Senhor Presidente referiu-se às comemorações dos 41 anos do 25 de Abril do Concelho. Disse que as atividades tiveram início no dia 10 de abril, com a apresentação da peça de teatro infantil “Um dia Cheirou-me a Cravos”, dirigida às crianças do primeiro ciclo do concelho. Disse também que no dia 11 de abril, foi exibido no Cineteatro Vianense o filme “Até amanhã Camaradas”, numa matiné com entrada gratuita. O Senhor Presidente destacou o espetáculo a realizar no Cineteatro Vianense, no dia 24 de abril, com o Grupo Musical “Erva de Cheiro” e o churrasco e animação musical em Aguiar, com os grupos “Duplo Ritmo” e “Seara Nova”. Disse que em Alcáçovas, a noite de 24 de abril, é de pernoita dos romeiros sendo a animação a que consta no respetivo programa da Romaria.-----
- O Senhor Presidente disse que no dia 25 de Abril serão realizadas nas três freguesias as habituais arruadas com a Banda da Sociedade União Alcáçovense. Realçou ainda o Torneio de Futsal “Bairros do Concelho”, que decorreu em Viana, entre os dias 10 e 18 de abril.-----



- O Senhor Presidente fez ainda referência à sessão protocolar de encerramento das comemorações do 41.º Aniversário do 25 de Abril, que decorrerá no Cineteatro Vianense, no dia 25 de abril, às onze horas.

- O Senhor Presidente destacou que este ano, no sábado à noite, no recinto da Senhora d'Aires, terá lugar um espetáculo equestre, produzido pela Herdade da Mata. Como havia dito numa reunião anterior, voltou a referir que este ano a Romaria será apadrinhada pelo ator João Catarré. -----

- Finalmente, o Senhor Presidente informou que no dia 28 de abril, no âmbito da Medicina do Trabalho, terá lugar um rastreio cardiovascular gratuito, dirigido aos trabalhadores do Município. -----

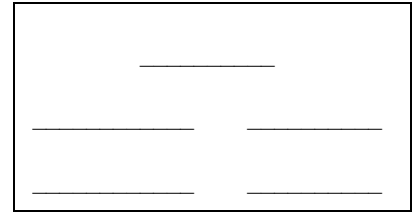
Ponto quatro) Conhecimento da relação de despachos proferidos pelo senhor Vice-Presidente no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística – A Câmara tomou conhecimento da relação de despachos proferidos pelo senhor Vice-Presidente, no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística. -----

Ponto cinco) Pedido de parecer prévio relativo à celebração de um contrato de prestação de serviços de Revisor Oficial de Contas, com a Empresa Rosário, Graça & Associados, SROC, Ld.ª – Com os fundamentos constantes na proposta anexa à presente ata, cujos termos aqui se dão por integralmente reproduzidos, a Câmara deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à contratação de serviços de Revisor Oficial de Contas, em regime de avença, por 36 meses, mediante pagamento mensal de 625€ (seiscentos e vinte e cinco euros) acrescido de IVA. Adjudicatária é a Empresa Rosário, Graça & Associados, SROC, Ld.ª. -----

Ponto seis) Proposta de nomeação pela Assembleia Municipal do Auditor Externo responsável pela certificação legal das Contas do Município de Viana do Alentejo – A Câmara deliberou por unanimidade submeter à Assembleia Municipal a proposta de nomeação do Auditor Externo responsável pela certificação legal das Contas do Município de Viana do Alentejo, dado ser competência daquele órgão, nos termos do n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. -----

Ponto sete) Proposta de realização de obra por administração direta na Rua da Anta, em Aguiar (retificação de cruzamento e criação de parque de estacionamento) e aprovação do respetivo projeto – Nos termos do disposto do n.º 2 do art.º 18.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, na redação atual, a Câmara deliberou por unanimidade autorizar a realização, por administração direta, da obra de intervenção na Rua da Anta, em Aguiar, que consiste na retificação do cruzamento e na criação de parque de estacionamento. A estimativa orçamental da obra é de 5.400,00€ (cinco mil e quatrocentos euros). -----

Nos termos da citada disposição legal, a autorização da Câmara para a realização de obras por administração direta, tem como limite o montante de 149.639,36€ (cento e quarenta e nove mil seiscentos e trinta e nove euros e trinta e seis cêntimos). -----



Nos termos da alínea f) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara aprovou por unanimidade o projeto da referida obra. -----

A obra em causa insere-se no Projeto n.º 33/2014 do Plano Plurianual de Investimentos em execução. -

Ponto oito) Proposta de transferência de verba para a Associação Equestre de Viana do Alentejo – A

Câmara deliberou por unanimidade transferir para a Associação Equestre de Viana do Alentejo a importância de 2.580,00€ (dois mil quinhentos e oitenta euros), no âmbito da parceria com este Município na organização da XV Romaria a Cavalu. -----

Ponto nove) Abertura do período de discussão pública relativo à Revisão do Plano Diretor Municipal de

Viana do Alentejo – Durante a apresentação e discussão deste ponto, esteve presente o Chefe de Gabinete de Apoio Pessoal do Senhor Presidente da Câmara – Dr. Bruno Borges - que referiu que a maioria dos pareceres das entidades foram favoráveis, sendo alguns condicionados a ligeiras alterações. Informou que a DGT – Direção Geral do Território emitiu parecer desfavorável, fundamentado no facto dos Municípios utilizarem cartografia da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central. Acrescentou que irá hoje à referida Direção Geral para tentar resolver a situação. -----

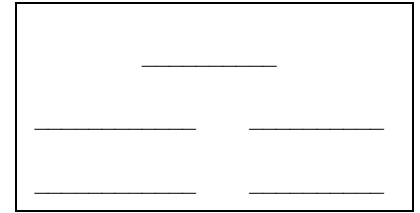
Assim, na sequência da emissão do parecer final da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM- Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo, no âmbito da sua quarta e última reunião plenária – conferência de serviços – parecer que fica em anexo à presente ata como sua parte integrante, a Câmara deliberou por unanimidade, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do art.º 77.º do Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua atual redação (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – RJIGT):

- a) Proceder à abertura do período de discussão pública da revisão do Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo (PDMVA);-----
- b) Fixar em 30 dias úteis o período de discussão pública contados a partir do 5.º dia útil da publicação do respetivo aviso no Diário da República; -----
- c) Publicar a presente deliberação nos termos legalmente previstos.-----

Ponto dez) Proposta de transferência de verbas ao abrigo do Regulamento Municipal de Apoio

Financeiro às Atividades Culturais – Com base nas propostas enviadas pela Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, a Câmara deliberou por unanimidade transferir as seguintes verbas, ao abrigo do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais: -----

- Associação Grupo de Cantares Populares “Seara Nova” – Secção cultural “O Restolho” – Grupo de Teatro/1.º Trimestre de 2015 420,60€ (quatrocentos e vinte euros e sessenta cêntimos);
- Grupo Coral e Etnográfico de Viana do Alentejo/1.º Trimestre de 2015 268,20€ (duzentos e sessenta e oito euros e vinte cêntimos);-----



- Grupo Coral Velha Guarda de Viana do Alentejo/1.º Trimestre de 2015 236,70€
(duzentos e trinta e seis euros e setenta cêntimos);-----

Ponto onze) Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral Velha Guarda de Viana do Alentejo

(aquisição de fardas e festa anual) – A Câmara deliberou por unanimidade transferir para o Grupo Coral Velha Guarda de Viana do Alentejo, a importância de 800,00€ (oitocentos euros) como participação nas despesas de aquisição de fardas e da organização da sua festa anual. -----

Ponto doze) Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral Feminino de Viana do Alentejo – A

Câmara deliberou por unanimidade transferir para o Grupo coral Feminino de Viana do Alentejo a importância de 400,00€ (quatrocentos euros) como participação nas despesas de atividades realizadas durante o corrente ano. -----

Ponto treze) Proposta de aprovação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2014

– Foram presentes os Documentos de Prestação de Contas relativos à Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014, enviados com a antecedência legal a todos os Vereadores e que como é habitual ficarão disponíveis na página eletrónica do Município, após apreciação da Assembleia Municipal. Esteve presente durante a discussão deste ponto o Técnico Superior António Pimentas, afeto ao Setor da Contabilidade. -----

O Senhor Presidente teceu sobre os referidos documentos as seguintes considerações genéricas:

“ O ano de 2014, à semelhança dos últimos anos, foi mais um ano difícil e que se desenvolveu num ambiente complexo assistindo-se a mais um ano em que o Poder Central continuou a tratar o Poder Local sem qualquer consideração. -----

Durante o ano de 2014 continuaram a ser muitas e de vária ordem as restrições e condicionantes à gestão das autarquias, com impacto direto e significativo no nosso Município como por exemplo:

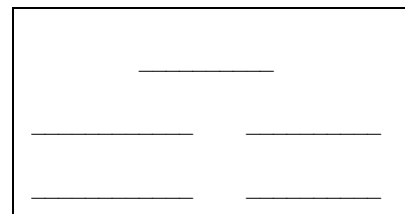
- Redução das transferências do Orçamento de Estado desde 2010 (em 2011 menos 226.000€, em 2012 e 2013 menos 439.000€ em cada ano e em 2014 menos 553.000€). Contas feitas, o Município de Viana do Alentejo, em 4 anos, recebeu menos 1.667.000€, face ao que receberia se se tivessem mantido os valores de 2010;-----

- A imposição da redução de pessoal e do número de dirigentes;-----

- As dificuldades de acesso ao crédito bancário, implicando que todo o investimento realizado tenha que ser suportado por fundos comunitários e disponibilidades da própria autarquia. -----

Quanto às atividades de 2014, de uma forma geral, mantiveram-se praticamente todas, naturalmente com os ajustes que se mostraram necessários. -----

Quanto às contas de 2014 propriamente ditas, em nosso entender, as mesmas refletem a atividade do Município num ano difícil, de fecho de um Quadro Comunitário (QREN) e de abertura de um novo



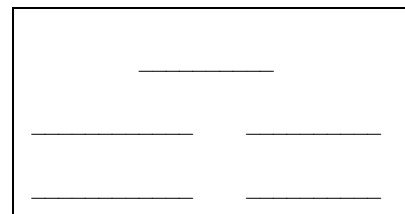
(Portugal 2020). O ano de 2014, em nosso entender, ficou marcado por um volume de investimento muito inferior ao planeado, em virtude do atraso na obra do Paço dos Henriques, fruto das reclamações apresentadas pelas empresas concorrentes à realização da obra e que deram origem a uma providência cautelar e a uma ação judicial no Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja. O ano de 2014 apresentou valores muito baixos de receita, sendo os valores da despesa os mais baixos dos últimos cinco anos, ou seja, conseguimos ajustar a despesa à receita recebida e apesar de tudo, consideramos que a situação financeira do Município melhorou em 2014 face a 2013. -----

De salientar que o saldo de operações orçamentais que transitou da gerência de 2014 para 2015 foi de 540.579,91€, enquanto que o transitado da gerência de 2013 para 2014 foi de 141.476,67€.-----

Concluindo, referimos que apesar da conjuntura difícil que atravessamos a gestão foi e será feita com o melhor equilíbrio possível, ajustando algumas atividades e ações, com a prévia análise das mesmas devidamente ponderadas e sempre no interesse do Município e das suas populações.” -----

- O Senhor Vereador João Penetra, relativamente aos documentos de Prestação de Contas de 2014, disse que no Relatório de Gestão não consta qualquer referência às propostas apresentadas pelos vereadores eleitos pela força política da CDU, precisamente porque não foram executadas e daí que não possa votar favoravelmente o referido relatório, pois este reflete apenas as opções dos eleitos do PS. Disse este Vereador que se a conta de gerência e o relatório de gestão fossem votados separadamente, votaria favoravelmente a Conta, uma vez que acredita que a mesma está devidamente elaborada pois foi organizada por um Técnico Oficial de Contas e certificada por um Revisor Oficial de Contas e além disso não põe em causa nem a honestidade nem a honorabilidade dos eleitos em regime de permanência. No entanto, porque o Relatório é um documento político e porque existem divergências políticas que conduziram a que não tivessem sido consideradas as propostas da CDU, o seu voto será contra. Referiu-se este Vereador ao resultado líquido do exercício, no montante de – 921.450,36€, mais negativo do que em 2013 (- 279.297,77€). -----

- O Senhor Presidente disse que a inclusão ou não das propostas dos Vereadores eleitos pela CDU já foi falada por ocasião da apresentação da votação dos Documentos Previsionais e se se fizer uma análise quanto à concretização dessas propostas, constata-se que em sete, quatro estão em andamento, não podendo algumas ser concretizadas. É disto exemplo a impossibilidade de aquisição de terreno em Aguiar para instalação de empresas quando ainda não foi aprovada a Revisão do PDM – Plano Diretor Municipal. Quanto ao Projeto de Ampliação da Zona Industrial de Alcáçovas, disse o Senhor Presidente que este é um exemplo do acolhimento da proposta dos Senhores Vereadores eleitos pela CDU, uma vez que o trabalho já se encontra adstrito a um técnico da Divisão de Administração Urbanística. Ainda a



este propósito, disse o Senhor Presidente que existem situações em que as propostas, embora concretizadas, não são visíveis materialmente nos Documentos de Prestação de Contas. -----

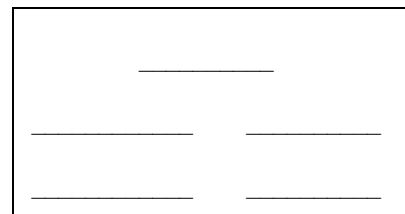
Disse o Senhor Presidente não estar de acordo com a argumentação invocada pelo Senhor Vereador João Penetra, ao votar contra os Documentos em apreço. Em seu entender o Relatório de Gestão e a Conta são documentos que se complementam e não podem dissociar-se e se o Relatório não espelhar a concretização de determinadas propostas, a Conta, naturalmente, também não as evidenciará uma vez que reflete as opções que foram tomadas ao longo do ano, ou seja, as contas são o reflexo das opções do Relatório de Gestão. -----

- O Senhor Presidente disse que fica surpreendido com a ênfase dada pelo Sr. Vereador João Penetra ao resultado líquido negativo, atendendo a que este tem essencialmente a ver com questões técnicas de contabilização e na sua opinião este indicador não constitui uma leitura relevante tendo em conta as características das Autarquias que não são empresas comerciais. A este propósito salientou que é de cerca de um milhão e meio de euros, o valor das amortizações o que só por si “anula o referido resultado negativo”. Por outro lado no ano de 2014, a criação de Provisões do Exercício, que não estava a ser feita, é de cerca de cento e cinquenta e oito mil euros. Disse o Senhor Presidente que grande parte do aumento da variação negativa do resultado líquido em 2014, face a 2013, prende-se com questões suscitadas pelo revisor oficial de contas e corrigidas em conformidade. -----

- O Senhor Presidente realçou que focar a análise no resultado líquido é muito redutor face às especificidades de uma Autarquia. A este propósito, o Senhor Presidente, tal como em 2014, voltou a ler um pequeno excerto do livro “ Como Gerir Bem a Sua Autarquia”, da Editora Omnisinal:

“Dada a natureza da atividade desenvolvida pelas autarquias a avaliação da sua ação não pode ficar restringida ao Resultado Líquido do Exercício obtido (lucro ou prejuízo), exigindo uma avaliação de natureza socio-económica, o que implica o aprofundamento da análise das aplicações realizadas no exercício, a fim de apurar o impacto que as mesmas podem ter tido sobre o tecido económico e social da autarquia da respetiva população, que nem sempre se traduzirá em lucro financeiro vertido nas contas, razão para que esta análise deva ser complementada com a análise que resulta da contabilidade orçamental, designadamente com a informação fornecida pela classificação funcional da despesa pela evolução do índice de desenvolvimento social local.” -----

Disse ainda que no ano 2014, apesar de todas as vicissitudes o Município melhorou a sua situação financeira, reduzindo os empréstimos bancários em cerca de 30%, bem como o endividamento de curto prazo. Realçou que este Município apresenta a menor dívida bancária dos últimos 15 anos, é o quarto Município do distrito de Évora com o maior valor de fundos comunitários recebidos por habitante e em termos da dívida total é o segundo Município do distrito de Évora com o menor valor por habitante. ----



O Senhor Vice-Presidente referiu ser sua convicção de que sempre existiria um motivo para o voto contra por parte da oposição.-----

A Senhora Vereadora Rosa Barros da Costa disse ter a noção de que algumas das propostas apresentadas pelos vereadores da CDU estão em curso em 2015, e daí a sua abstenção na votação nos Documentos de Prestação de Contas.-----

O Senhor Presidente referiu que os documentos elencados no anexo I da Resolução do Tribunal de Contas n.º 4/2001, publicada na II Série no Diário da Republica de 18 de agosto de 2001, com a redação dada pela Resolução do Tribunal de Contas n.º 6/2013, publicada na II série no Diário da Republica n.º 226, de 21 de novembro com a indicação de – Resolução n.º 26/2013, encontram-se integralmente elaborados, exceto os documentos n.ºs 23, 24, 25 e 35, por não existirem movimentos que justifiquem a sua elaboração. Todos os documentos estiveram presentes nesta reunião e ficarão devidamente arquivados, disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados.-----

Votados os Documentos de Prestação de Contas relativos à Gerência de 1 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, foram os mesmos aprovados com três votos favoráveis, uma abstenção por parte da Senhora Vereadora Rosa Barros da Costa e um voto contra por parte do Senhor Vereador João Penetra. Com idêntica votação, foi deliberado transferir o resultado liquido negativo no montante -921.450,36€ para a conta 59 - Resultados Transitados.-----

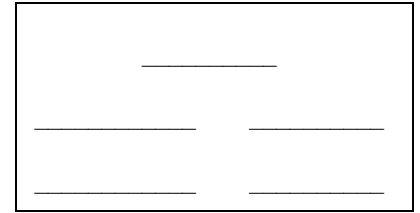
O Senhor Presidente encerrou este ponto da ordem de trabalhos referindo que do ponto de vista técnico, a área da Contabilidade é das áreas que melhor funciona nesta Autarquia.-----

Ponto catorze) 3.ª Proposta de alteração ao Plano Plurianual de Investimentos – Com três votos favoráveis e as abstenções dos Senhores Vereadores João Penetra e Rosa Barros da Costa, foi aprovada a terceira proposta de alteração ao Plano Plurianual de Investimentos.-----

Ponto quinze) 6.ª Proposta de alteração ao Plano de Atividades Municipais – Com três votos favoráveis e as abstenções dos Senhores Vereadores João Penetra e Rosa Barros da Costa, foi aprovada a sexta proposta de alteração ao Plano de Atividades Municipais.-----

Ponto dezasseis) 7.ª Proposta de alteração ao Orçamento da Despesa – Com três votos favoráveis e as abstenções dos Senhores Vereadores João Penetra e Rosa Barros da Costa, foi aprovada a sétima proposta de alteração ao Orçamento da Despesa.-----

Ponto dezassete) 1.ª Proposta de revisão ao Orçamento da Receita – Com três votos favoráveis e as abstenções dos Senhores Vereadores João Penetra e Rosa Barros da Costa, foi aprovada a primeira proposta de revisão ao Orçamento da Receita.-----



Ponto dezoito) **1.ª Proposta de revisão ao Orçamento da Despesa** – Com três votos favoráveis e as abstenções dos Senhores Vereadores João Penetra e Rosa Barros da Costa, foi aprovada a primeira proposta de revisão ao Orçamento da Despesa. -----

Ponto dezanove) **1.ª Proposta de revisão ao Plano Plurianual de Investimentos** – Com três votos favoráveis e as abstenções dos Senhores Vereadores João Penetra e Rosa Barros da Costa, foi aprovada a primeira proposta de revisão ao Plano Plurianual de Investimentos. -----

Ponto vinte) **Fixação de preços no âmbito da Romaria a Cavalos 2015: a) Ocupação de tendas; b) Ocupação de stands-cozinha; c) Fornecimento de pulseiras aos romeiros** – Com base na proposta enviada pela Divisão de Desenvolvimento Social e Humano, a Câmara deliberou por unanimidade fixar os seguintes preços, no âmbito da XV Romaria a Cavalos 2015:

- a) Ocupação de Tendas Brancas do Município 50,00€ (cinquenta euros) com IVA incluído;--
- b) Ocupação de Stands-Cozinha 500,00€ (quinhentos euros) com IVA incluído; --
- c) Fornecimento de Pulseiras aos Romeiros que lhe permitirão consumir uma refeição no dia da chegada:
 - i) Preço das Pulseiras vendidas durante o percurso até ao dia 25 de abril 7,50€ (sete euros e cinquenta cêntimos) com IVA incluído;-----
 - ii) Preço das Pulseiras vendidas no dia 25 de abril, após a chegada da romaria 10,00€ (dez euros) com IVA incluído.-----

Ponto vinte e um) **Proposta de aprovação do auto de medição n.º 5, relativo à Empreitada de Reutilização do Paço dos Henriques, Capela de Nossa Senhora da Conceição e Jardins, em Alcáçovas** – A Câmara aprovou por unanimidade o auto de medição n.º 5, relativo à Empreitada de Reutilização do Paço dos Henriques, Capela de Nossa Senhora da Conceição e Jardins, em Alcáçovas, no montante de 47.782,32€ (quarenta e sete mil setecentos e oitenta e dois euros e trinta e dois cêntimos). -----

--- O senhor Presidente declarou encerrada a reunião às treze horas, tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade no final da mesma. -----

Eu,

, Chefe da D.G.R., a subscrevi.

O Presidente,

_____	_____
_____	_____

Os Vereadores,

PEDIDO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL PARA A CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS, EM REGIME DE AVENÇA

Bernardino António Bengalinha Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Viana do Alentejo:

- 1) Tendo em conta que nos termos dos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2015), carece de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal a celebração ou a renovação de contrato de prestação de serviços, independentemente da contraparte;
- 2) Pretende-se celebrar com a empresa **Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.**, um contrato de prestação de serviços de Revisor Oficial de Contas, em regime de avença, com a duração de 36 meses, pela quantia de 22.500,00€ (vinte e dois mil e quinhentos euros), a que corresponde o valor mensal de 625,00€ (seiscentos e vinte e cinco euros) acrescido de 23% de Iva;
- 3) Tendo em conta que o parecer prévio favorável depende da verificação dos seguintes requisitos:
 - A) Constantes do artigo 32.º Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho:
 - a) Reconhecimento de que o trabalho em causa é não subordinado e que para a realização do mesmo era inconveniente recorrer a qualquer modalidade de vínculo de emprego público;
 - b) Observação do regime geral da aquisição de serviços;
 - c) Comprovação de que o contratado tem regularizada a sua situação fiscal e perante a segurança social;
 - B) Verificação de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, se aplicável;
 - C) Confirmação de cabimento orçamental;
 - D) Verificação do cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 2.º, e no artigo 4.º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro.

É necessário, para emissão do parecer prévio vinculativo favorável à celebração deste contrato de prestação de serviços, verificar se estão reunidos os requisitos referidos no ponto 3 da presente Proposta.

Com efeito:

- A prestação de serviços em causa tem que ser executada por uma entidade externa, no âmbito do n.º 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro;
- Foi observado o regime legal da aquisição de serviços, constante no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, na sua redação atual – Ajuste Direto no Regime Geral;
- O prestador dos serviços a contratar provou ter a situação regularizada quer com a Segurança Social quer com a Autoridade Tributária. As respetivas certidões encontram-se em anexo;
- Não é aplicável no caso em apreço, a redução remuneratória e a respetiva reversão da redução remuneratória temporária, a que se refere o disposto no n.º 1 do artigo 2.º, e no artigo 4.º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro.
- Foi confirmada a existência de cabimento orçamental através de informação emitida pelo Serviço de Contabilidade. A rubrica orçamental em causa é 01.02/02.02.20 (Administração Autárquica - Câmara Municipal/ Aquisição de Bens e Serviços – Aquisição de Serviços – Outros Trabalhos Especializados).

Paços do Município de Viana do Alentejo, 16 de abril de 2015
O Presidente da Câmara,

(Bernardino António Bengalinha Pinto)